



REFERÊNCIAS	Protocolo SICCAU nº 1907060/2024
ASSUNTO	Solicitação de Isenção por Doença Grave
DELIBERAÇÃO CPAFi/CAU/TO nº 06/2024	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CPAFi do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CPAFi/CAU/TO, no exercício das competências que lhe confere o Regimento Interno do CAU/TO, aprovado pela Deliberação Plenária nº 23/2019 e, homologado pela Deliberação CAU/BR nº 0093-05/2019, observadas as disposições dos artigos 3º, inciso I, alínea 'b', 4º, inciso VII da Resolução CAU/BR nº 219, de 22/07/2022, reunida extraordinariamente na sede do CAU-TO no dia 20 de fevereiro de 2024, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o pedido de isenção por doença grave, formulado pela profissional S.V.A.S, por meio do protocolo SICCAU nº 1907060/2024;

Considerando a Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, que “Dispõe sobre anuidades, revisão, parcelamento e ressarcimento de valores devidos aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), protesto de dívidas, inscrição em dívida ativa e dá outras providências”

Considerando que o relatório médico apresentado, atende às exigências da alínea “a” do artigo 4º, inciso II da Resolução CAU/BR nº 193/2020:

Art. 4º Ficarão isentos do pagamento da anuidade os arquitetos e urbanistas:

II - Portadores de moléstia que impossibilite o exercício profissional, observados os seguintes requisitos: (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 246, de 24 de novembro de 2023);

a) a doença deve ser comprovada mediante laudo médico com a Classificação Internacional de Doenças (CID), indicação do nome do médico e número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), devendo ser fixado o prazo de validade do laudo médico, no caso de doenças passíveis de controle; (Redação dada pela Resolução CAU/BR nº 211, de 19 de novembro de 2021)

Considerando que o laudo médico apresentado não deixa claro a impossibilidade do exercício profissional.

DELIBERA Por:

1 - INDEFERIR o pedido de isenção por doença grave, formulado pela arquiteta e urbanista S.V.A.S, por meio do protocolo SICCAU nº 1907060/2024;

2- ORDENAR a comunicação à parte, informando que caso queira, poderá interpor recurso ao Plenário do CAU/TO, no prazo de no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

3. INFORMAR a profissional que diante da impossibilidade do exercício profissional poderá solicitar a interrupção do registro profissional.



CAU/TO

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Tocantins

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CPAFi.

Palmas -TO, 20 de fevereiro de 2024.

Arq. e Urb. **Lana Edla Costa Barbosa**
Coordenadora da CPAFi

Arq. e Urb. **George Virgílio Rodrigues**
Coordenador Adjunto

Arq. e Urb. **Fernanda Brito Bandeira**
Membra

FOLHA DE VOTAÇÃO Anexo a Deliberação nº 06/2024

Conselheiros	Votação				
	Sim	Não	Imped.	Abstenção	Ausência
Lana Edla Costa Barbosa Gustavo de Paula Bonilha	X				
George Virgílio Rodrigues Rosana Delmundes Bezerra	X				
FERNANDA BRITO BANDEIRA Marcela Alves Cunha	X				

Histórico de Votação

Matéria da Votação:

Solicitação de Isenção por Doença Grave, protocolo SICCAU nº 1907060/2024

Resultado da votação: Sim (3) Não (-) Impedimento (-) Abstenções (-) Ausências (-) Total (3)

Ocorrências:

Funcionou como Coordenador(a) da Comissão: *Lana Edla Costa Barbosa*

Palmas - TO, 20 de fevereiro de 2024.